

POLIFONIA	GUIABÁ	EdUFMT	V. 14	p. 161-174	2007	ISSN 0104-687X
-----------	--------	--------	-------	------------	------	----------------

CIRCULAÇÃO DE LIVROS ENTRE EUROPA E AMÉRICA

Márcia Abreu*

RESUMO: O artigo discute a suposta carência cultural das Américas no período colonial, apresentando dados relativos à circulação de livros entre a Europa e América.

PALAVRAS-CHAVE: história dos livros, circulação de livros, leitura.

THE CIRCULATION OF BOOKS BETWEEN EUROPE AND AMERICA

ABSTRACT: The text discusses the alleged America's cultural penury at the colonial period, presenting information about book circulation between Europe and America.

KEYWORDS: book history, book circulation, reading.

Os estudos sobre a história do livro e da leitura realizados no Brasil, muitas vezes, ressaltam a carência intelectual do país, sobretudo no período colonial. Para ancorar suas interpretações, os pesquisadores buscavam documentação variada, na qual tinham destaque os relatos de viajantes estrangeiros sobre suas viagens ao Brasil. Destes textos extraíam copiosas citações em que, sem meias palavras, os viajantes

* Professora do Departamento de Teoria Literária, do Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp. Pesquisadora do CNPq. Coordenadora do Projeto Temático "Caminhos do Romance no Brasil: séculos XVIII e XIX".

denunciavam a absoluta e geral ignorância em que viviam habitantes da colônia. Trata-se de relatos como o elaborado pelo contrabandista Thomas Lindley que viveu no Brasil entre 1802 e 1803 e publicou em Londres, em 1805, um livro relatando sua experiência, no qual dizia:

O Brasil, considerado o número de anos em que vem sendo colonizado, o espaço que ocupa e os habitantes que tem, exibe, talvez a maior deficiência de talento e curiosidade do globo; ou, pelo menos, não se vêem esforços no sentido de despertar esses atributos. [...] Numa palavra: o povo, aqui, simplesmente vegeta, numa apatia inconsciente e indolência enervante, a que é somado igual desprezo pelo espírito. (LINDLEY, 1969, p. 69)¹

Já no final do período colonial, um outro viajante, o comerciante inglês John Luccock, que viveu no Brasil entre 1808 e 1818 e publicou sua obra em 1820, também fazia um juízo pouco favorável acerca das condições culturais brasileiras:

A maioria não é nem mais culta nem menos avessa a dar provas públicas de sua ignorância. Se isso se dá com as camadas superiores da sociedade brasileira, que esperar do vulgo? Cada um que decida disso como quiser e dificilmente o fará de maneira demasiadamente desfavorável. É difícil conceber que um país, que por tanto tempo participou da civilização, possa cair mais baixo do que na realidade se encontra a Colônia a esse respeito. (LUCCOCK, 1975, p. 87)²

¹ Thomas Lindley nasceu na Inglaterra em 1771 (não se conhece a data de sua morte). Foi um contrabandista e ficou aprisionado no Brasil entre 1802 e 1803. A primeira edição de seu livro foi feita em Londres, em 1805.

² John Luccock era comerciante e permaneceu no Brasil entre 1808 e 1818, com pequenas interrupções. A primeira edição de seu livro foi publicada na Inglaterra em 1820.

Essas avaliações sumariam o tom predominante nos relatos: apatia, ignorância e desinteresse caracterizam o estado da cultura local.

Em outras partes da América, a situação não parece ter sido muito diferente. Bernardo Subercasseaux, em seu livro *História del Libro em Chile*, reproduz avaliações da mesma natureza. Ele cita os testemunhos negativos de estrangeiros que visitaram o Chile, como o do tipógrafo norte-americano Samuel B. Johnston que dizia “el estado de las letras en este país es muy mísero, estando casi todo el saber relegado a los eclesiásticos” (JOHNSTON, 1967. Apud. SUBERCASSEAU, 2000, p. 16.). Da mesma forma, o inglês John Miers, que viveu no Chile por vários anos a partir de 1818, assim se manifestou em 1826:

Son muy pocos los que tienen nociones, aunque sean generales, de geografía, la mayoría incluso desconoce los rasgos geográficos y la topografía de su propio país. Desconocen también la situación de los otros países de la América Hispana y peor aún la del resto do mundo. Varios de los ciudadanos supuestamente mejor informados de Chile me han preguntado si Inglaterra está en Londres, o si Londres está en Inglaterra, o si ambas están en la India. (MIERS, 1826. Apud SUBERCASSEAU, 2000, p. 16) ³

Parece haver uma forte semelhança entre a situação brasileira e chilena quanto ao descaso em relação ao cultivo das letras. Entretanto, uma observação mais atenta, pode levar a perceber que a maior semelhança talvez esteja no observador, ou seja, no olhar dos viajantes. O mesmo Thomas Lindley, que fizera tão mau juízo sobre a cultura brasileira, diz ter encontrado “mercadores respeitabilíssimos na sua profissão que muito nos espantaram perguntando-nos em que parte de Londres ficava a

³ E acrescenta: “los chilenos son ignorantes, y proclaman con cierto orgullo que no requieren del conocimiento de los libros. Tienen además muy pocos y los pocos que tienen no los leen. Recuerdo que el Presidente del Senado, que era visto por sus concidanos como una gran autoridad, se vangloriaba de que no había leído un sólo libro durante los últimos 30 años.”

Inglaterra, qual o maior, a Madeira ou a Grã Bretanha, ou qual a mais distante do Rio”. (LINDLEY, 1969, p. 71) Dificilmente “vários mercadores” brasileiros e “varios de los ciudadanos” chilenos teriam proferido as mesmas e exatas tolices. Possivelmente, tratava-se de tópicos acerca da ignorância que surgiam na mente dos viajantes quando se deslocavam para locais por eles tidos como atrasados, incultos e selvagens. A existência de trechos praticamente idênticos coloca em dúvida a confiabilidade dos testemunhos. Afinal, os textos dos viajantes trazem informações ou lugares-comuns sobre a América?

A desconfiança acerca das opiniões dos viajantes sobre o desinteresse pela leitura e pela cultura letrada em geral ganha maior intensidade quando se observam os registros históricos sobre a remessa de livros para a América Portuguesa e para a América Espanhola.

No caso da América Portuguesa, os arquivos lisboetas guardam, sob o nome de “Catálogo para Exame dos Livros para Saírem do Reino com Destino ao Brasil”, milhares de solicitações de autorização para envio de material impresso para o Brasil, elaboradas entre 1769 e 1826. Esses registros foram produzidos devido à ação da censura, que exigia que se obtivesse uma licença para embarcar todo e qualquer livro, folha ou papel impresso com destino a uma de suas colônias.

Processo semelhante ocorria na Espanha, como mostrou a tese de Pedro Rueda Ramírez sobre “El comercio de libros com América en el siglo XVII: el registro de ida de navios en los años 1601-1649”, na qual foram analisados os “Registros de Ida de Navios” conservados na seção Casa de la Contratación del Archivo General de Índias. (RAMÍREZ, 2005). Ele analisou as folhas de registro, submetidas ao escrutínio da “Casa de Contratación”, que os carregadores deviam apresentar no momento de enviar suas mercadorias, assim como as memórias com as listas de livros que se pretendia embarcar, examinadas pela Inquisição. Foram analisadas 701 folhas de registro e 576 memórias, as quais continham mais de 100 mil exemplares declarados, todos destinados à América.

Os números também são eloqüentes quando se trata do Brasil. Na impossibilidade de trabalhar com toda a época colonial,

restringi minha pesquisa ao período que vai do início da atuação da Real Mesa Censória, em 1769, até o reconhecimento da independência do Brasil por Portugal, que ocorreu apenas em 1826.⁴ Nesse período, registram-se em torno de 700 pedidos de autorização para envio de livros para o Rio de Janeiro, outros 700 para a Bahia, 700 para Pernambuco, 350 para o Maranhão, e mais 200 para o Pará. Em cinqüenta e poucos anos, por mais de 2.600 vezes, pessoas manifestaram interesse em remeter livros para o Brasil. No total, 18.903 obras são mencionadas nos pedidos de licença, referindo-se, sobretudo, a obras religiosas e de cunho profissional, comportamento que se observa também na América Espanhola, onde sobressaem os enviados de livros religiosos. O número acima não corresponde ao total de exemplares enviados, pois a censura não controlava o comércio e sim a circulação de idéias, razão pela qual não era necessário especificar a quantidade de exemplares de cada título para o qual se solicitava autorização. Portanto, a quantidade de exemplares remetidos era certamente muito superior ao número de títulos referidos nos pedidos de licença.

Assim, mesmo tendo restringido o período observado a 57 anos, a quantidade de informação era demasiada. Seria impossível trabalhar com tal diversidade de títulos – principalmente porque minha especialidade não é a religião (tema pelo qual havia maior interesse à época) e sim a literatura (que aparecia em 3º lugar no conjunto dos livros em circulação, logo atrás dos livros de cunho profissional). Por isso, minha investigação ateu-se às obras de Belas Letras. Restringi também pesquisa apenas à cidade do Rio de Janeiro, localidade referida, na maior quantidade de pedidos, como o destino para o qual se remetiam obras impressas. É verdade que o volume de referências à Bahia era semelhante, mas o fato de a corte portuguesa ter se transferido para o Rio de Janeiro em 1808, em função das invasões napoleônicas, tornava o exame desse local mais interessante, pois, a partir da chegada da Família Real, a vida

⁴ Parte dos resultados dessa pesquisa está nos seguintes livros de minha autoria: *Histórias de Cordéis e Folhetos*, Campinas: Mercado de Letras/ALB, 1999; *Os Caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2003.

cultural da cidade cresceu e diversificou-se com a instalação de livreiros e negociantes estrangeiros, de bibliotecas, teatros e, sobretudo, pelo início do funcionamento da primeira casa impressora no Brasil: a Imprensa Régia do Rio de Janeiro, em operação a partir de 1808.

A transferência da sede do Reino para o Brasil teve conseqüências também sobre o funcionamento da censura, pois só então se instalou, no Rio de Janeiro, a Mesa do Desembargo do Paço, encarregada de controlar a entrada de livros e impressos no Brasil, entre outras atividades.⁵

Diferentemente da coroa lusitana, que manteve a censura centralizada na metrópole, os reis de Espanha instalaram tribunais da Inquisição em suas colônias desde o século XVI, empregando como censores pessoas originárias do lugar. Já em 1569, o rei Felipe II estabeleceu a Inquisição no Vice Reino do Peru, que à época se estendia do Panamá a Buenos Aires. Devido às dificuldades de controlar tão imenso território, no início do século XVII foi criado um novo Tribunal inquisitorial, com sede na cidade de Cartagena de Índias. Entre outras atividades, esses tribunais deveriam inspecionar os navios em busca de livros proibidos, exercer vigilância sobre a venda de livros, assim como examinar livrarias, bibliotecas e casas impressoras. (PÉREZ, 2000, p. 11 e 14.)

A inexistência de organismos de controle instalados na América portuguesa fazia com o que o processo para obtenção de um livro fosse longo e dispendioso. Ele começava com a apresentação de um pedido, no qual o requerente se apresentava e dizia para onde gostaria de remeter os livros – os mais minuciosos especificavam a motivação e a finalidade do envio, declarando, por exemplo, que os livros compunham sua biblioteca particular e que teriam necessidade deles durante a estadia no Brasil, mas isso não era obrigatório. Aqueles que não viviam em Lisboa tinham necessidade de um intermediário, um

⁵ As liberações obtidas em Lisboa destinadas à cidade do Rio de Janeiro até 1807, somam 1328 referências, equivalentes a 519 títulos de Belas Letras distintos. Após 1808 são 3003 referências, equivalentes a 851 títulos diferentes. Pela Mesa do Desembargo do Paço do Rio de Janeiro passaram pedidos para autorizar a entrada de 1956 obras de Belas Letras, equivalentes a 1190 títulos diferentes.

“procurador”, que preparava a papelada e acompanhava sua tramitação. Em ambos os casos, além do texto de apresentação, era preciso elaborar uma relação dos títulos que seriam embarcados.

Essa lista era examinada por um ou vários censores (dependendo do modo de organização da censura a cada momento) que deveriam autorizar ou não o envio dos livros. Tudo corria bem, quando a lista era elaborada de modo que os censores pudessem reconhecer as obras. Entretanto, nem sempre isso ocorria, já que muitas vezes os títulos eram anotados de maneira truncada, sem referência ao nome do autor ou do tradutor e sem local de edição. Nesses casos, os censores solicitavam que a relação fosse re-elaborada ou, simplesmente, pediam que o livro em questão fosse enviado para o Tribunal, o que tornava o processo muito mais lento. Finalmente, quando a licença era concedida, o requerente pagava pequena taxa e recebia uma autorização para embarcar os livros. Ao chegar a seu destino, tudo era novamente conferido para verificar se não haviam sido introduzidas obras não autorizadas no meio das que haviam recebido licença.

Na América Espanhola parece ter havido sistema semelhante de verificação dos impressos quando de sua chegada, o que criava grandes complicações de armazenamento. Segundo o pesquisador Guillermo Lohman Villena, o Vice-rei Croix, em despacho de 28 de fevereiro de 1787, informava que devido à inexistência de local adequado para guardar as numerosas remessas de livros até seu exame, conforme previsto na legislação, os interessados poderiam retirar as obras dos armazéns onde aguardavam as inspeções, decisão que facilitou grandemente a burla do controle. (VILLENA, 2000, p. 5)

Se a vida dos leitores deve ter se complicado muito com esse sistema de vigilância, para o pesquisador da leitura o controle minucioso da circulação de livros fornece indicações preciosas sobre aquilo que se lia no período, ao menos no campo da legalidade. Assim, considerando-se as licenças obtidas em Lisboa entre 1769 e 1807, vê-se que os livros de Belas Letras preferidos eram: *Les Aventures de Télémaque*, François de Salignac de la Mothe-Fénelon; *Night Thoughts on Life Death and*

Immortality, Edward Young; *Selecta Latini Sermonis exemplaria e scriptoribus probatissimis*, Pierre Chompré; *Histoire de Gil Blas de Santillane*, Alain René Lesage; *Le Voyageur François ou la connoissance de l'ancien et du nouveau monde*, Joseph de Laporte; *Meditations and Contemplations*, James Hervey; *The Paradise Lost*, John Milton; *Caroline de Lichtfield*, J.I.P. de Bottens Baronesa Isabelle de Montolieu; *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha*, Miguel de Cervantes; *História do Imperador Carlos Magno e dos doze pares de França*, anônimo; *Lances da Ventura acasos da desgraça e heroísmos da virtude*, D. Felix Moreno de Monroy y Ros; *Rimas*, Manuel Maria Barbosa du Bocage; *Viagens de Altina nas cidades mais cultas da Europa e nas principais povoações dos Balinos, povos desconhecidos de todo o mundo*, Luís Caetano de Campos; *Delli viaggi di Enrico Wanton*, Zaccaria Seriman; *O Feliz independente do mundo e da fortuna, ou arte de viver contente em quaisquer trabalhos da vida*, P^o. Theodoro de Almeida; *Fábulas*, Esopo; *Obras*, Luís de Camões; *Rimas*, João Xavier de Mattos. ⁶

Após a transferência da Família Real para o Brasil, o comércio livreiro ganhou forte impulso. Mesmo assim, a lista mantém inalterados alguns títulos dentre os preferidos do período anterior: *Les Aventures de Télémaque*, François de Salignac de la Mothe-Fénelon; *Les Mille et Une Nuits*, por Antoine Galland; *Selecta Latini Sermonis exemplaria e scriptoribus probatissimis*, Pierre Chompré; *Histoire de Gil Blas de Santillane*, Alain René Lesage; *Magazin d'enfants*, Pauline de Montmorin, Mme Leprince de Beaumont; *História do Imperador Carlos Magno e dos doze pares de França*, anônimo; *Obras*, Manuel Maria Barbosa du Bocage; *O Feliz independente do mundo e da fortuna, ou arte de viver contente em quaisquer trabalhos da vida*, P^o. Theodoro de Almeida; *Lances da Ventura, acasos da desgraça e heroísmos da*

⁶ Para este cálculo foi elaborado um ranking das obras mais pedidas e consideradas as 10 primeiras colocações. Os títulos foram citados conforme a língua original de publicação, o que não necessariamente corresponde à língua das obras efetivamente enviadas que, em sua maior parte, são traduções. A análise dos documentos censórios, bem como dos títulos mais remetidos, é feita em meu livro *Os Caminhos dos livros*, op. cit. Boa parte das obras ficcionais remetidas ao Rio de Janeiro está disponível em versão fac-similar na Biblioteca Virtual do site www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br.

virtude, D. Felix Moreno de Monroy y Ros; *Thesouro de meninos*, P. Blanchard / Matheus José da Costa; *Horacio ad usum*; *Marília de Dirceu*, Thomas Antonio Gonzaga; *O Piolho Viajante*, António Manuel Policarpo da Silva.

Há uma evidente permanência na preferência dos leitores: 44% das obras do primeiro período continuam a ser importadas com frequência, com destaque para a manutenção das *Aventures de Télémaque* (1699) no primeiro lugar. Fénelon realizou o sonho impossível do escritor contemporâneo: manter-se no topo da lista dos best-sellers por mais de 100 anos, não só em seu próprio país, mas até mesmo em terras, à época longínquas, como o Brasil. O caso das *Aventuras de Telêmaco* não é único – acompanham-no livros como *História do Imperador Carlos Magno* (1490), *História de Gil Blas* (1715) ou *Obras* (1720) de Luis de Camões – revelando uma estabilidade no gosto desconhecida nos dias atuais. Os demais livros presente na lista dos preferidos desde o século XVIII, como *O Feliz independente* (1779) e *Lances da Ventura* (1793), embora não tão longevos como os anteriores, tampouco são propriamente uma novidade.

Se o interesse por estas obras permaneceu desde seu lançamento, outras parecem ter sido “descobertas” tardiamente. É o caso de *As Mil e uma noites* (cuja primeira edição data de 1704), que não havia chamado a atenção até 1815, quando começou a ser remetida diversas vezes ao ano. Talvez ajude a explicar o relativo esquecimento em que ficou nos anos setecentos, o fato de o livro só ter sido traduzido para o português em 1801. Embora os pedidos de autorização nem sempre especifiquem a língua do texto a ser remetido, é possível supor que se lessem fundamentalmente traduções, pois para todas as obras presentes nas listas dos proferidos, exceto *As Mil e uma noites*, havia traduções desde o século XVIII.

A esses títulos devem se juntar aqueles para os quais se solicitou licença na cidade do Rio de Janeiro, junto à Mesa do Desembargo do Paço, ali instalada desde 1808. O interesse daqueles que solicitaram autorização no Rio de Janeiro era um tanto distinto daquele dos que se reportaram à censura lusitana, mas mantêm-se extraordinárias continuidades: *Les Aventures de Télémaque*, François de Salignac de la Mothe-Fénelon; *Fables de*

La Fontaine, Jean de La Fontaine; *Voyage de La Pérouse au tour du Monde*, L.A.Milet Mureau; *Histoire de Gil Blas de Santillane*, Alain René Lesage; *Jerusalem liberata*, Torquato Tasso; *Oeuvres*, Racine; *Oeuvres*, Molière; *Voyage du Jeune Anacharsis en Grèce*, Jean-Jacques Barthélemy; *Oeuvres*, Corneille; *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha*, Miguel de Cervantes; *The Life and Strange Surprizing Adventures of Robinson Crusoe...*, Daniel Defoe; *Oeuvres*, Boileau; *Oeuvres*, Alain René Lesage; *Paul et Virginie*, Jacques-Henri Bernardin de Saint-Pierre; *Oeuvres*, Prevost; *Le poème sur la Religion*, Racine; *Obras*, Virgílio; *Oeuvres*, Gresset; *La Henriade*, Voltaire; *Tales of Fashionable Life*, Maria Edgeworth.

Esse conjunto traz uma concentração um pouco maior de obras clássicas, mas novamente mantém-se, no topo da lista, *Aventuras de Telêmaco*, seguida de perto por outras obras de prosa de ficção já presentes entre os livros mais procurados no período anterior como a *Histoire de Gil Blas de Santillane* e o *Don Quijote de la Mancha*. As licenças conservadas pelo Desembargo do Paço mostram que havia interesse também pelo romance moderno, representado pela história de *Robinson Crusoe*, por *Paulo e Virgínia* e por *Tales of Fashionable Life*.⁷

Durante todo o período há um interesse expressivo pelas obras de prosa ficcional. Entre 1769 e 1807, 55% das obras que compõem a lista das preferidas são ficcionais; entre 1808 e 1826, considerados os envios controlados pela censura portuguesa, elas passam a ser responsáveis por 58% dos livros mais solicitados. Apesar de a concentração de clássicos nos pedidos examinados pela Mesa do Desembargo do Paço no Rio de Janeiro ser superior àquela encontrada nos documentos lusitanos, a presença da prosa ficcional é também bastante forte, correspondendo a 45% das obras mais enviadas.

Estudos recentes, como o de Carlo Alberto González Sánchez sobre o comércio de livros no vice-reino do Peru, confirmam a importância da ficção no comércio livreiro

⁷ Obra publicada em 6 vols (I (1809) vii, 400p; II (1809) 338p; III (1809) 369p; IV (1812) iv, 460p; V (1812) 392p; VI (1812) 466p), referida em todos os pedidos de autorização como *Scènes de la vie du grand monde* – tradução francesa dos vols 4-6.

americano, mostrando uma linha de permanência no interesse por narrativas ficcionais já verificado no clássico trabalho de Irving A. Leonard sobre a presença das novelas de cavalaria na América no século XVI. (LEONARD, 1949)

Estendendo o período de análise, Sánchez estudou inventários elaborados por ocasião da morte de dois livreiros espanhóis estabelecidos em Lima no primeiro terço do século XVII, período em que a capital do vice-reino peruano era o mais importante centro cultural do Novo Mundo. (SÁNCHEZ, 1993.)

Curiosamente, o acervo deixado pelo livreiro Pedro Durango era composto, sobretudo, por obras laicas (88% do total), contrariando a tendência habitual em que predominavam os livros religiosos, seja nos acervos de livrarias, seja na composição de bibliotecas. Dentre essas obras, destacavam-se as de “História” (63% do conjunto) e as de “Literatura” (13%). Como ressalta o autor, os limites entre História e Literatura eram, muitas vezes, bastante tênues, pois na categoria História “en general se trata de unas obras cuyo contenido responde al relato de hazañas épicas, a modo de novelas de aventuras”. No conjunto de obras literárias predominavam as novelas de cavalaria, “dando pruebas de la persistencia de su popularidad a principios del siglo XVII, fecha en la que, en teoría, habían sido sustituidas por la afición a otros generos.”

Segundo Irving Leonard, à medida que decrescia o interesse pelas novelas de cavalaria, ampliava-se o gosto pelas novelas picarescas, idéia que se confirma nos inventários analisados por Sánchez, que mostram uma forte presença de narrativas picarescas, em especial o livro *Guzmán de Alfarache*, de Mateo Alemán. Da mesma forma, os inventários registram o amplo interesse pelo livro *Don Quijote*, de Cervantes.

Os pedidos de autorização para envio de livros para o Rio de Janeiro, embora recubram um período bastante posterior, registram a manutenção do interesse tanto pela obra de Cervantes quanto pelos romances picarescos, ali representados pelo livro *História de Gil Blas de Santilhana*, do francês Le Sage.

Essas obras, entretanto, embora estivessem entre os livros preferidos em todo o mundo ocidental, eram pouco consideradas pelos letrados, por pertencerem a um gênero

desvalorizado no período: a prosa ficcional, chamada à época de romance, novela, ou até mesmo, história. Ela era tida como menor por não estar prevista em Poéticas ou em Retóricas e por ser destinada a amplos públicos leitores, que não possuíam as referências eruditas e não compartilhavam de seus critérios de avaliação.

A predominância das obras ficcionais entre os pedidos permite refletir sobre uma das possíveis fontes do discurso sobre a precariedade da cultura letrada no Brasil. Nos séculos XVIII e XIX – assim como hoje – o problema não parece ser de desinteresse pela leitura, mas, ao contrário, de interesse por um tipo particular de leitura. Enquanto as obras mais valorizadas pela alta tradição eram os clássicos da Antigüidade, assim como escritos mais recentes feitos à sua imitação, o público tinha interesse por obras ficcionais. Como se não bastasse, liam-se romances escritos por mulheres, como a história de *Carolina de Litchfield*, escrita em francês por Isabelle de Montolieu ou como os *Tales of Fashionable Life* da anglo-irlandesa Maria Edgeworth. Da mesma forma, uma outra mulher, Pauline de Montmorin obteve destaque mundial com sua produção, intitulada *Magasin d'enfants* e traduzida para o português como *Tesouro de Meninas*. Nesse caso, além do desprestígio do gênero textual e da autoria, acrescenta-se nova desvalorização pelo fato de se tratar de obra destinada ao público infantil.

Ao extraordinário interesse dos leitores pelas obras de ficção correspondia um não menos intenso repúdio por parte dos letrados e das autoridades. São bem conhecidos os sucessivos editos reais espanhóis proibindo a circulação de romances de cavalaria na América, devido ao temor de que os nativos confundissem ficção e realidade e embaralhassem os “desatinos” dessas obras com as verdades expressas na Bíblia (VILLENA, 2000). No século XVIII, a imensa difusão dos romances modernos acendeu o entusiasmo dos moralistas e letrados que denunciavam os perigos que poderiam advir da leitura de obras desse tipo por amplos setores da população.

Carlo Alberto González Sanchez, que também observou o forte interesse pela ficção nos inventários por ele analisados, acredita que a leitura de obras ficcionais deveria ser ainda mais

eloqüente do que mostram os números. Devido ao preconceito associado a esses livros, muito deixou de ser registrado e conservado. Conforme ele pondera,

se suele mostrar a los demás y hacer alarde de lo que está aceptado en la comunidad, más en una cultura dirigida como era la del siglo XVII. Me inclino a pensar que la ficción literária se leía com una intensidad y frecuencia que no muestran los inventários, porque, como suele ser corriente en la actualidad, queda bien colocar en los anaqueles determinados autores de modo aunque no se lean y, a la vez, denostar géneros inferiores (pienso en la novela rosa) que, sin embargo, son auténticos superventas. (SÁNCHEZ, 1993, p. 14)

É possível pensar, assim, que o alardeado discurso sobre a ignorância cultural americana esteja mais assentado em idéias pré-concebidas sobre o que fossem leituras dignas e obras de valor do que na observação efetiva do que ocorria nas Américas, em que havia importante presença de livros e de leitores, os quais, entretanto, estavam interessados, sobretudo, em obras tidas como inadequadas pelos intelectuais e letrados do tempo.

Bibliografia

ABREU, Márcia. *Histórias de Cordéis e Folhetos*, Campinas: Mercado de Letras/ALB, 1999.

_____. *Os Caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2003.

JOHNSTON, Samuel B. Cartas de um tipógrafo yanqui. Buenos Aires, 1967. In: SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia del libro en Chile (alma y cuerpo)*. 2 ed. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2000.

LEONARD, Irving A. *Los libros del Conquistador*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, [1 ed. em 1949].

LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma Viagem ao Brasil*. Trad. Thomaz Newlands Neto. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Trad. Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: EdUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

MIERS, John. *Travels in Chile and La Plata*. Londres, 1826. In: SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia del libro en Chile (alma y cuerpo)*. 2 ed. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2000.

PÉREZ, Pedro Guibovich. *La Inquisición y la censura de libros en el Perú virreinal (1570–1813)*. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2000.

RAMÍREZ, Pedro Rueda. El comercio de libros com América en el siglo XVII: el registro de ida de navios em los años 1601-1649: In: *Tiempos Modernos* 11 (2004–05). A tese foi publicada em livro: Pedro J. Rueda Ramírez, *Negocio e intercambio cultural: El comercio de libros con América en la Carrera de Indias (siglo XVII)*, Sevilla, Diputación de Sevilla, Universidad de Sevilla, CSIC-EEHA, 2005, 524 p.

SÁNCHEZ, Carlo Alberto González. Emigrantes y comercio de libros em el virreinato del Peru. In: *Revista Archivo General de la Nación*, n. 27, 1993.

VILLENA, Guillermo Lohmann. Libros, libreros y Bibliotecas em la época virreinal. In *Fênix*, Revista de la Biblioteca Nacional, n. 21, jun./2000.